

ENSINO FUNDAMENTAL E O ENVELHECIMENTO: REVISÃO DA LITERATURA

Submetido em: 7/7/2023

Aceito em: 26/7/2023

Publicado em: 11/03/2024

Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira¹

Vania Aparecida Gurian Varoto²

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Contexto & Educação. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O manuscrito ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2024.121.14785>

RESUMO: O fenômeno do envelhecimento populacional é uma tendência mundial. Em todos os ciclos da vida este processo está presente, e medidas de conscientização sobre o envelhecer individual e coletivo devem ser valorizadas e desenvolvidas no contexto educacional. Este artigo se propôs a realizar uma revisão bibliográfica sobre o conteúdo do envelhecimento no ensino fundamental, através de uma pesquisa quali-quantitativa, e busca nas bases de dados selecionadas e pelos descritores educação, gerontologia, idoso e ensino fundamental, e suas combinações. Os critérios de inclusão foram publicações completas, de livre acesso, entre 2011-2021, nas línguas português, inglês e espanhol. Das produções encontradas, 63 delas apresentaram relevância baixa, e duas alta que refletem experiências no Distrito Federal e no Estado de São Paulo, destacando a importância de introduzir temas sobre envelhecimento nas escolas de forma estruturada e alinhada ao currículo pedagógico, indicada na política educacional do Estado de São Paulo. Essa abordagem alinha-se com a

¹ Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8595-7850>

² Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3763-5638>

formação do cidadão e os movimentos participativos, que oportunizam ações e se articulam intersetorialmente, projetando medidas de envelhecimento saudável à comunidade. Este estudo se mostra relevante e destaca que medidas intergeracionais devem se propagar no contexto escolar para eliminação de preconceito e promoção de atitudes positivas sobre o envelhecimento.

Palavras-chave: Educação. Gerontologia. Ensino Fundamental. Idoso.

ELEMENTARY SCHOOL AND AGING: LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: The phenomenon of population aging is a worldwide trend. In all life cycles this process is present, and awareness measures about individual and collective aging should be valued and developed in the educational context. This article aimed to perform a bibliographic review on the content of aging in elementary school, through a qualitative-quantitative research, and search in the selected databases and by the descriptors education, gerontology, elderly and elementary school, and their combinations. The inclusion criteria were complete, freely accessible publications between 2011-2021 in the languages Portuguese, English and Spanish. Of the productions found, 63 of them presented low relevance, and two high ones that reflect experiences in the Federal District and in the State of São Paulo, highlighting the importance of introducing themes on aging in schools in a structured way and aligned with the pedagogical curriculum, indicated in the educational policy of the State of São Paulo. This approach is aligned with citizen education and participatory movements, which provide opportunities for actions and articulate intersectorally, projecting measures of healthy aging to the community. This study is relevant and highlights that intergenerational measures should be propagated in the school context to eliminate prejudice and promote positive attitudes about aging.

Keywords: Education. Gerontology. Elementary School. Elderly

INTRODUÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em suas projeções de 2021, indicou que a população idosa brasileira irá ultrapassar a marca de 60 milhões de pessoas idosas no ano de 2100, número esse que representaria 40% da população total do país. Um dos motivos para tal crescimento é o aumento da expectativa de vida projetada para um pouco mais de 81 anos em 2060 (IBGE 2021; MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016). Somado ao fenômeno do envelhecimento, verifica-se a redução da taxa de natalidade no país, o que indica que o Brasil está em processo de rápido envelhecimento da população (IPEA, 2021).

O baixo índice de natalidade no país somado ao aumento da expectativa de vida influencia na redução da proporção da população infantil. Em 2019 as crianças entre 0 e 9 anos de idade somavam 26,9 milhões e os idosos 32,9 milhões, portanto o número de pessoas com mais de 60 anos era superior em 6 milhões (CABRAL, 2022; IPEA, 2021). Ao longo dos anos o país vem apresentando crescimento negativo dessa relação e, em 2019, os idosos representavam 15,7% da população e as crianças até 9 anos, 12,8%. Em contrapartida em 2012 essa correlação era de 12,8% de idosos e 0 a 9 anos, 14,1% (CABRAL, 2022).

Cabral (2022, p. 1) sugere que o “número de pessoas abaixo de 30 anos de idade no país caiu 5,4%, entre 2012 e 2021. No mesmo período, a população brasileira cresceu 7,6%, chegando a 212,7 milhões em 2021”. Neste sentido, o aumento de pessoas idosas e da expectativa de vida acompanham a tendência global neste segmento populacional de acordo com o Relatório Social Mundial de 2023 do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA, 2023).

Envelhecer é um processo irremissível, agrega possibilidades de se viver mais e buscar soluções para ampliar a qualidade de vida, assim como, este processo desencadeia desafios em diferentes áreas de atenção e proteção à pessoa idosa em todos os países que se deparam com esta realidade (UNDESA, 2023). A possibilidade de prolongar a vida e experimentar benefícios positivos permite uma nova perspectiva sobre o envelhecimento, e pode evitar a associação deste processo carregado de estigmas negativos em que se perde qualidade à vida e exclusão de potencialidades. A perspectiva de se viver mais e ter necessidades de cuidados mais assistidos são realidade em muitos países, e demanda abordagem multidisciplinar contínua, focada na promoção da saúde integral e bem-estar (IBGE, 2021; MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

Concernente às atuações multidisciplinares, a gerontologia como ciência está fundamentada nas áreas biopsicossociais e atua nas diferentes dimensões da vida: saúde, social, educacional, habitação, direito, justiça dentre outras. Nesta ciência, o eixo em processos investigativos científicos se torna um aliado para compreender as necessidades, desejos e demandas da população envelhecida, bem como aquela em processo do envelhecer (ALKEMA; ALLEY, 2006; UFSCAR, 2018). A gerontologia também se faz presente em espaços de educação formal e informal na perspectiva de ampliar processos formativos individuais e coletivos acerca do processo do envelhecimento em direção a uma vida mais ativa, saudável e funcional (ALKEMA; ALLEY, 2006; UFSCAR, 2018).

A atuação da gerontologia na educação, também possibilita discutir as peculiaridades de cada ciclo etário, proporcionar vivências e experiências entre gerações, potencializar temas de respeito entre as pessoas e com os mais idosos, por meio de leis e determinações das políticas públicas vigentes (BRASIL, 2003; 2022). Desenvolver o tema sobre o envelhecimento pode contribuir para a preparação das pessoas em seus ciclos de vida, promover oportunidades otimistas sobre o envelhecer e combater o preconceito (McGUIRE, 2017).

Ao tratar de oportunidades otimistas para a velhice e a qualidade de vida no processo do envelhecimento, faz-se necessário o destaque para o envelhecimento saudável como conceito. De acordo com Speranza, Werley e Moreira (2022), este conceito data de tempos antigos, com a menção do filósofo Cícero e sua ideia de se alcançar idades avançadas com vigor. Entretanto, esta visão perdeu espaço com a popularização de estereótipos de um envelhecimento fragilizado, voltando à luz no final do século XX ao se debater novos paradigmas do envelhecimento por meio da gerontologia.

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o envelhecimento saudável se caracteriza como “processo contínuo de otimização da habilidade funcional e de oportunidades para manter e melhorar a saúde física e mental, promovendo independência e qualidade de vida ao longo da vida” (OPAS, 2022, p.1), conceito fundamental para o atendimento das necessidades das pessoas em rápido processo de envelhecimento.

Com vistas a uma sociedade consciente acerca dos aspectos para um envelhecimento saudável, é necessário compreendê-lo nas dimensões: genético, social, comportamental, psicológico e outros. A compreensão mais consciente e esclarecedora sobre o envelhecimento poderá agregar ao longo da vida, comportamentos benéficos que propiciem

o envelhecimento com qualidade de vida (SPERANZA, WERLEY; MOREIRA, 2022).

O olhar mundial voltado para as ações da Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 e sua relevância sinalizam que se devem ampliar as pesquisas sobre o envelhecimento de forma integrada com os objetivos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e áreas de atuação, dentre elas, a educação (OMS, 2020). Alinhado a área da educação, a OMS ressalta a necessidade de implementar ações que diminuam a auto discriminação por idade, promover e “participar de campanhas visando aumentar o conhecimento e o entendimento público sobre o envelhecimento saudável” (OMS, 2020, p.10).

O desenvolvimento de temas sobre o envelhecimento ao longo do processo educativo formal tem sido indicado nos Estados Unidos da América como primordial e inovativo para construir e favorecer a interdisciplinaridade que envolve as dimensões da vida, potencializar medidas de prática de melhores anos à vida e promover atitudes mais favoráveis ao envelhecimento ativo (McGUIRE, 2017).

Desta forma, ações intergeracionais e formações continuadas sobre o envelhecimento devem ser aplicadas em todos os níveis educacionais e nas diferentes dimensões da vida. Essas ações, assim como ações intergeracionais quando introduzidas o mais cedo possível nos ciclos da vida, podem favorecer a conscientização e educação à saúde integral acerca do envelhecimento, e diminuir estereótipos negativos sobre a velhice, sendo tema de interesse de toda a população (BRASIL, 1994, 2003, 2022; McGUIRE, 2017; UFSCar, 2018).

Mendonça e Rauth (2022) abordam sobre a garantia de direitos das pessoas idosas e destacam nas Leis 8.842/94 e 10.741/03 (BRASIL, 1994; 2003), que toda a sociedade deveria se aproximar deste fenômeno do envelhecer, entendendo-o e praticando possibilidades de envelhecer com qualidade.

A inserção de conteúdos sobre o processo de envelhecimento nos currículos formais das escolas de ensino básico do país é um direito da pessoa idosa, promovendo medidas de respeito e superação de preconceitos. Além disso, essa inclusão promove a sensibilização de crianças e jovens para o seu próprio envelhecimento (MENDONÇA, RAUTH, 2022).

O conceito de cidadania, apresentado por Poziomyck e Guilherme (2022, p. 3), se caracteriza como “pleno exercício de direitos civis (liberdade, propriedade, igualdade perante a lei), direitos políticos (votar, ser votado, participar) e direitos sociais (trabalho, saúde, educação, previdência), todos garantidos por um Estado de Direito”. Neste sentido, praticar cidadania é dever de cada pessoa e está integrado em todos os ciclos de vida. Os

direitos de cada pessoa devem ser praticados e respeitados de forma a contribuir em seu processo de envelhecer mais positivamente e com qualidade.

De acordo com Ferreira e Teixeira (2014), a ampliação e pluralidade dos direitos culminaram na transformação, e, expansão do que se conceitua como cidadania, ampliando suas dimensões e novos assuntos. Assim, integrado às diretrizes dos direitos humanos, os direitos das pessoas idosas entram em debate como “novos direitos”, a partir das necessidades da população frente ao fenômeno do envelhecimento.

A garantia dos direitos das pessoas idosas é um grande desafio, pois se verifica “a dificuldade não tanto de fundamentá-los ou justificá-los, mas, sim, de protegê-los”, mesmo que evidenciada na Política Nacional do Idoso (PNI), no Estatuto da Pessoa Idosa e na Política Nacional de Saúde do Idoso (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014. p.164). O Estatuto da Pessoa Idosa abrange a garantia de direitos civis, sociais e políticos da pessoa idosa, reafirmando a participação social e cidadã da população em sua proteção.

Diz o Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003; 2022):

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Um dos principais meios de participação social é a atuação ativa dos Conselhos de Direitos. Esses Conselhos atuam como controladores de proteção de direitos e devem agregar medidas educacionais à população idosa e em processo de envelhecimento através de seus membros representativos governamental e não governamental. Também, buscam revisar e assegurar políticas públicas, por meio de estratégias que articulem de modo positivo as necessidades da comunidade (BATISTA, 2014).

A atuação dos Conselhos na perspectiva do envelhecimento, também é parte das estratégias o desenvolvimento de ações voltadas para a educação nos municípios, atendimento populacional, articulação de medidas preventivas para a promoção de saúde, assegurar os direitos das pessoas idosas e para aquelas em processo de envelhecimento (BATISTA, 2014; BRASIL, 2017; Autor, 2022).

Diz a Lei 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional da Pessoa Idosa, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, em seu Art. 10, III - na área da educação:

b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto (BRASIL, 1994).

A necessidade e urgência da indicação de conteúdos acerca do envelhecimento nos currículos de ensino formal são destacadas no Estatuto da Pessoa Idosa promulgado pelas Leis Ns.10.741/03 e 14.423, Cap. V, Art. 22 como:

Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (BRASIL, 2003, 2022, online).

Nos currículos mínimos do ensino formal brasileiro, se faz alusão à educação básica do país, constituída por: ensino infantil, fundamental e médio. Os currículos são a organização dos conteúdos obrigatórios instituídos por documentos normativos como, por exemplo, Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propostas e planos escolares (BRASIL, 2018; SANTOS; PARAÍSO, 1996 apud PINHEIRO, 2015).

Na BNCC verificam-se as indicações de conteúdos obrigatórios do currículo formal da educação básica e no tema transversal verifica-se indicação de conteúdos sobre o envelhecimento, e pode-se apontar que existe um alinhamento com a proposição do Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003; 2018; 2022).

Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, Capítulo V, art. 22, os currículos mínimos dos níveis de ensino apresentarão conteúdos acerca do processo do envelhecimento, além de conteúdos sobre respeito e valorização da pessoa idosa, a fim de erradicar o preconceito e produzir conhecimentos sobre o tema (BRASIL, 2003, 2022). Assim, alinhada ao Estatuto da Pessoa Idosa, a BNCC apresenta indicação do Tema Transversal “Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso”, encontrado na macro área temática “Cidadania e Civismo”.

Os temas transversais representam a proposta de uma escola mais conectada com a realidade, estabelecendo diálogos com questões urgentes que permeiam a vida humana, que proporcionam transformações de natureza macrossocial e também atitudes individuais (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013).

Nesse sentido, os temas transversais são reconhecidos como conteúdos que abordam preocupações sociais, utilizando as disciplinas curriculares como uma ferramenta para

alcançar os objetivos propostos. Eles visam à integração de diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma abordagem abrangente e reflexiva, desenvolvendo questões relevantes da sociedade contemporânea com os estudantes (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013).

A implementação de conteúdos sobre o envelhecimento na educação básica, parece ser escassa no contexto brasileiro, mas algumas ações se iniciam, a exemplo de Santos *et al* (2011) que exemplifica com sugestões de atividades nas escolas sobre este tema, assim como desenvolvimento em contexto intergeracional. No entanto, integradas às ações, é preciso seguir as indicações do trabalho de conteúdos intergeracionais e do envelhecimento indicados no Estatuto da Pessoa Idosa nos currículos (BRASIL, 2003; 2022).

O desenvolvimento de conteúdos acerca do envelhecimento no ambiente escolar, destacado por leis e pela OMS, se fortalece pelo contexto escolar como um espaço de desenvolvimento do conhecimento. Junior (2022) indica que a escola proporciona para as novas gerações o acesso crítico ao conhecimento produzido por outras gerações, além de capacitar ao alcance de conhecimentos novos e aprimorar os processos de educação, e de cidadania.

Na perspectiva de comunidades cada vez mais envelhecidas e o aumento da longevidade, se faz necessário repensar o aprendizado de cada cidadão em todos os ciclos de vida. É necessário instituir medidas de educação à vida, à saúde, à cidadania, ao direito e dever de cada pessoa em busca de uma vida digna (Autor, 2022). Neste sentido, entende-se que “a educação ao longo da vida não pode ser ignorada como elemento de independência dos idosos de hoje e de 2050. Ela pode ser vista como uma via de serviço de um desenvolvimento humano mais harmônico” (BRASIL, 2017, p.16).

O não desenvolvimento dos conceitos de envelhecimento desde a infância pode influenciar na consolidação de pré-conceitos sobre o idoso e o processo do envelhecimento, que regem toda a vida de uma pessoa e pode comprometer as relações interpessoais (VIEIRA, 2016). Desta forma, em que medida os processos investigativos estão avançando nesta temática? As produções científicas estão alinhadas com a perspectiva do envelhecimento nas diferentes gerações e nos processos educacionais formais? A partir desses questionamentos, este artigo apresenta a revisão bibliográfica sobre o tema.

OBJETIVOS

Realizar revisão bibliográfica acerca do tema: envelhecimento nas escolas do ensino fundamental. Analisar as produções científicas identificadas que mais se aproximam do tema deste artigo.

METODOLOGIA

Este artigo está vinculado à pesquisa “Conselho de direito da pessoa idosa: proposta de ações baseada nas diretrizes da conferência municipal de São Carlos” desenvolvida em parceria com o Conselho Municipal do Idoso (CMI) de São Carlos, cidade do interior do estado de São Paulo e o grupo de pesquisa Direito, Cidade e Envelhecimento do Departamento de Gerontologia (DGero). Este estudo é exploratório descritivo com fundamentos na pesquisa qualitativa e quantitativa. A análise de dados é baseada no conteúdo temático à luz do referencial (BARDIN, 2016; MINAYO, 2014).

O presente artigo trata da descrição de uma das etapas do estudo acima indicado, que trabalha sobre os conteúdos sobre envelhecimento desenvolvidos nas escolas de ensino fundamental de uma cidade do interior de São Paulo. Os dados foram coletados no mês de março do ano de 2022 e observou todos os princípios éticos em pesquisa (CAAE N.55278921.1.0000.5504).

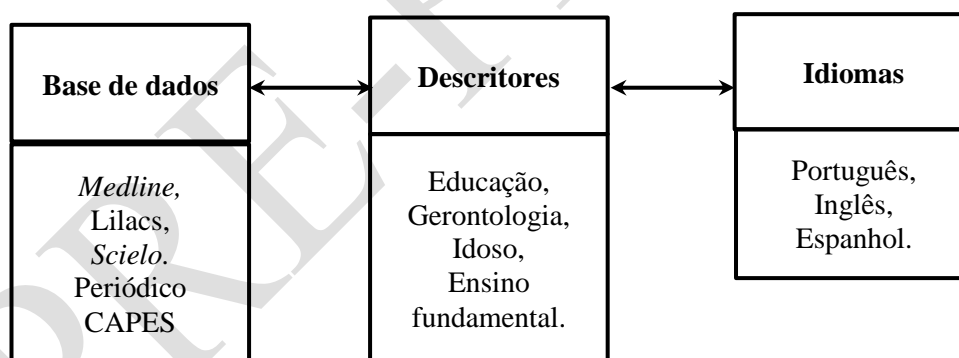
A pesquisa está vinculada às diretrizes da III Conferência Municipal do Idoso de São Carlos que obteve vinte e nove propostas aprovadas em diferentes eixos de atuação, com destaque para a educação no ensino fundamental e temas do envelhecimento, tema pertencente ao eixo “direitos fundamentais e o papel das políticas públicas”. Neste eixo, duas diretrizes têm destaque em relação ao tema deste estudo: “fortalecer nas escolas a nível municipal, o conteúdo a respeito do envelhecimento [...]” e “fortalecer nas escolas estaduais, conteúdo a respeito do envelhecimento [...]” (SÃO CARLOS, 2018). Desta forma, as propostas resultantes da III Conferência Municipal do Idoso de São Carlos são indicações da comunidade, que apontam a importância deste estudo, com a reivindicação da população sobre a inserção de conteúdo do envelhecimento nas escolas.

A etapa de revisão bibliográfica, detalhada neste artigo, foi desenvolvida por meio das bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline), *Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde* (Lilacs), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES) no período 2011-2021, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Foram consideradas as produções completas e de livre acesso.

Os descritores selecionados são: educação, gerontologia, idoso e ensino fundamental. A escolha dos descritores foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, bem como foi aceita pela banca de qualificação do presente estudo. Estes termos foram entendidos como os que melhor se relacionavam ao tema, uma vez que “educação” e “ensino fundamental” são indicadores centrais do recorte educacional da pesquisa, enquanto “idoso” é diretamente relacionado com a temática do envelhecimento e da possibilidade de trabalho nas escolas pela possível proximidade do tema com o contexto de alunos e ao que culmina o envelhecimento. “Gerontologia” foi selecionado devido à sua definição como ciência do envelhecimento, fundamentada em áreas biopsicossociais, multidimensional e multidisciplinar. A Gerontologia apresenta a possibilidade do desenvolvimento científico acerca do processo de envelhecimento em diferentes momentos da vida humana e em diferentes aspectos como, por exemplo, direito, saúde, políticas públicas, entre demais outros, e, em destaque para o presente artigo, a educação.

Figura 1. Processo de designação da pesquisa de revisão bibliográfica.



Fonte: Elaboração própria, 2022

No desenvolvimento da pesquisa foram aplicadas diferentes combinações entre os descritores e do operador *booleano*, pelas unidades simples e com todos os descritores. O processo foi realizado pelos autores e não houve a utilização de ferramenta ou gerenciador de referências.

As combinações de descritores nas bases de dados foram realizadas pelas ferramentas de filtros de busca, utilizando os campos “contém”, termo de busca. “E” ou “AND”, , assim como a seleção dos idiomas e das datas de 2011 a 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão bibliográfica apresentada neste artigo, foi efetuada por meio virtual, uso de equipamentos e recursos de tecnologia da informação. Esta opção foi alinhada com as medidas preventivas à saúde das pessoas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Foram aplicadas todas as combinações com os descritores selecionados e suas respectivas quantidades identificadas. A **Tabela 1** representa os descritores unitários.

Tabela 1. Resultados da pesquisa com 01 descritor nas bases de dados.

Base de Dados	Descritores			
	Educação (n)	Gerontologia (n)	Idoso (n)	Ensino Fundamental (n)
MEDLINE	253.553	3.924	1.295.868	3.468
LILACS	34.323	444	34.303	3.955
SCIELO	23.127	916	4.218	2.122
CAPES	114.675	3.179	15.283	22.261
TOTAL	425.678	8.463	1.349.672	31.806

Fonte: Elaboração própria, 2022

As produções por unidade de descritores sinalizam um número alto para “idoso” e pode ter relação com o aumento da visibilidade do fenômeno do envelhecimento associado ao interesse da comunidade científica em avançar nesta temática. A etapa de combinação com dois descritores está representada na **Tabela 2**.

Tabela 2. Resultados da pesquisa com as combinações de 02 descritores nas bases de dados.

Base de Dados	Descritores					
	Educação; Gerontologia. (n)	Educação; Idoso. (n)	Educação; Ensino Fundamental. (n)	Gerontologia; Idoso (n)	Gerontologia; Ensino Fundamental (n)	Idoso; Ensino Fundamental (n)
MEDLINE	1.032	32.232	1.894	2.655	5	314
LILACS	92	2.869	2.381	355	6	278
SCIELO	54	179	932	601	14	26
CAPES	253	2.294	13.387	2.154	44	308
TOTAL	1.431	37.574	18.594	5.765	69	926

Fonte: Elaboração própria, 2022

Os descritores “educação e idoso” apresentaram espectro maior em relação aos outros. No entanto, ao observar “educação e gerontologia” o número obtido não se apresenta tão alto, o que pode nos indicar diferentes nuances da educação em relação à pessoa idosa. O segundo maior resultado, “educação e ensino fundamental”, pode sugerir grande foco no desenvolvimento do ensino dentro desse ciclo da educação básica brasileira. Na sequência, como indicado na **Tabela 3**, foi realizada a busca com as combinações com três descritores.

Tabela 3. Resultados da pesquisa com as combinações de 03 descritores nas bases de dados.

Base de Dados	Descritores			
	Educação; Gerontologia; Idoso.	Educação; Idoso; Ensino Fundamental.	Educação; Ensino Fundamental; Gerontologia	Gerontologia; Idoso; Ensino Fundamental.
MEDLINE	525	140	5	2
LILACS	74	97	5	5
SCIELO	38	4	2	11
CAPES	298	680	75	108
TOTAL	935	921	87	126

Fonte: Elaboração própria, 2022

Foi possível observar uma fraqueza nas publicações que agrupam “educação, ensino fundamental e gerontologia”, apresentando menor número de resultados na base de dados multidisciplinar SciELO (n=2), ao mesmo tempo que apresenta seu maior número de resultados em outra base de dados também multidisciplinar, a CAPES (n=75), apresentando relevância nesta etapa do estudo.

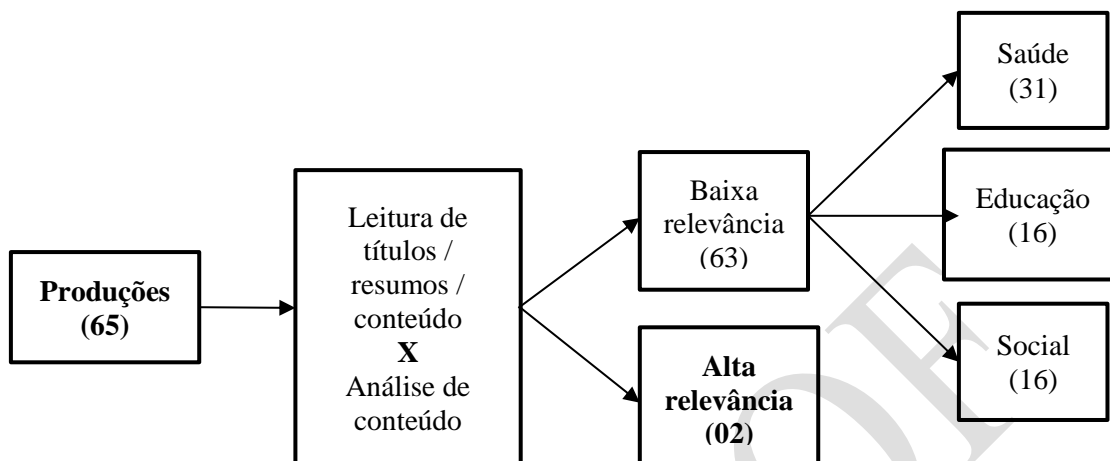
A multidisciplinaridade de áreas é característica primordial na atuação em gerontologia e deve ser adotada em áreas da educação formal (ALKEMA; ALLEY, 2006). Bicalho e Oliveira (2011, p.7) indicam que o conceito de multidisciplinaridade está ligado à “integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo”. O conceito apresenta junção de disciplinas de modo a não perderem seu viés e metodologias cooperando entre si para a realização de pesquisas, entre outros.

Em consonância à combinação com os quatro descritores, alinhados ao tema central do estudo, verificou-se 68 produções entre as bases Medline (02), Scielo (02), Lilacs (04) e Periódicos CAPES (60). Das 68 produções, 02 foram excluídas por duplicidade e 01 por ser obra de não acesso livre, totalizando 65 produções para análise. Das 65 produções, ocorreu análise qualitativa por meio de conteúdo, sendo 02 de alta relevância ao estudo e o restante (63) de baixa.

A análise qualitativa se deu pela aplicação de Bardin (2016), desenvolvida nas etapas de exploração do material (leitura dinâmica e apontamento de possíveis elementos das categorias, identificados pela interpretação do conteúdo do resumo), análise categorial (indicação de categorias específicas relacionadas à temática de cada produção encontrada, a fim de preparar o material para organização mais abrangente das categorias), interpretação do material (agrupamento das produções em categorias relacionadas ao seu tema central abrangente, identificados por meio de extração do conteúdo após releitura dos resumos).

As principais áreas identificadas nas 63 produções de baixa relevância foram: saúde (31), educação (16) e social (16). A **Figura 2** ilustra esses resultados.

Figura 2. Resultados da pesquisa com as combinações de 04 descritores e respectivas seleções alinhadas com o tema.



Fonte: Elaboração própria, 2023

O método utilizado para análise de dados foi a organização de categorias relevantes das produções, verificando título, resumo e conteúdo.

Ocorreu a leitura do título e resumo das produções encontradas, para que assim fosse identificado o tema principal das mesmas. Neste momento, foi possível determinar se a produção encontrada estava diretamente relacionada com o tema do presente artigo, ou seja, se a mesma tratava do tema do envelhecimento ou gerontologia no recorte do ensino fundamental. Os resultados que apresentaram ligação direta com este conteúdo foram classificados como de “alta relevância” para este artigo, enquanto aqueles que desenvolviam conteúdos relacionados, mas não apresentavam conteúdos tão próximos, foram classificados como de “baixa relevância”.

Com a identificação dos temas centrais e suas especificidades, as produções foram agrupadas em categorias de maior abrangência para que fosse possível melhor organização dos dados. Assim, por meio de temas em comum observados, foram estabelecidas as grandes áreas nomeadas de acordo com sua temática: saúde, educação e social.

O alto número de relevância baixa e classificação nas áreas de saúde, educação e social, se mostram nas áreas indicadas, os assuntos principais em interface ao cuidado da pessoa idosa em unidades de saúde e proteção social. Em especial à área da educação, o que se verificou é a relação da educação informal para pessoas idosas e a formação profissional na temática do envelhecimento, prioritariamente em situações de profissionais com os cuidados em saúde.

Em relação às produções de alta relevância (02), ambas na base de dados *Lilacs* e produzidas no contexto brasileiro, nos anos de 2011 e 2013. A **Tabela 4** lista as 02 produções identificadas no formato de estrutura referencial.

Tabela 4. Citação das 02 referências de alta relevância identificadas na base de dados *Lilacs*.

Base de dados	Referências
Lilacs	<p>1. ALBUQUERQUE, Marília Silva; CACHIONI, Meire. Pensando a Gerontologia no Ensino Fundamental. <i>Revista Kairós Gerontologia</i>; 16(5): 141-163, set. 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/19001</p> <p>2. ZANON, Carla Bianca Ferreira Moncaio; ALVES, Vicente Paulo, CARDENAS, Carmen Jansen. Como vai a educação gerontológica nas escolas públicas do Distrito Federal?: um estudo com idosos e jovens. <i>Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia</i>; 14(3): 555-566, jul.-set. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000300015</p>

Elaboração própria, 2023

Referente ao artigo de alta relevância de autoria de Zanon, Alves e Cardenas (2011, p. 557), tem como objetivo, levantar opiniões acerca do envelhecimento em escolas de ensino fundamental e médio do Distrito Federal, por meio de entrevistas com alunos e idosos da comunidade, aplicação de questionário sociodemográfico e análise de oito propostas pedagógicas, além de “verificar que ações são desenvolvidas [...] no sentido de favorecer a formação de valores, hábitos e atitudes entre as gerações”

O método adotado pelos autores foi a pesquisa quanti-qualitativa e análise baseada em conteúdos teóricos. Foi utilizada a Escala Diferencial Semântica de Atitudes (Escala Neri), entrevistas com oito escolas, por meio de questionário semiestruturado e análise documental. Na Escala Neri, os adjetivos em oposição foram aplicados, medindo a intensidade das respostas em uma variação de cinco pontos. Para a análise documental de propostas pedagógicas, foram escolhidas escolas que mais pudessem apresentar “tentativas de educação gerontológicas e intergeracionalidade” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p.558).

Zanon, Alves e Cardenas (2011) discorrem sobre o preconceito contra a velhice e seus estereótipos, enquanto um problema que necessita ser solucionado no contexto escolar e

como os alunos denotam este tema. Apontam que um caminho viável é o desenvolvimento de ações por meio das diretrizes do Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso e em situações que favoreçam a educação intergeracional. Desta forma, esta produção sinaliza na sua discussão que a educação é um agente de conhecimento, atrelado ao desenvolvimento de atitudes para que os alunos do ensino fundamental sejam cidadãos baseados em solidariedade, participação, pensamento crítico, favorecendo o desenvolvimento de convivências sociais de inclusão.

Os resultados apresentados pelos autores reforçaram a dimensão da gerontologia como ciência multidisciplinar, destaca as diferentes atitudes e sentidos acerca do envelhecimento. Os autores apresentaram o conceito de atitude enquanto “avaliações de indivíduos e grupos em relação a objetos sociais, para as quais concorrem processos afetivos e cognitivos”, fortemente ligadas a valores do que “a pessoa diz em relação ao que faz” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p. 560).

Mesmo com evidências apontando para o envelhecimento como um processo multidimensional e diverso, as atitudes acerca da velhice se mostram majoritariamente negativas nas sociedades ocidentais. Entretanto, os resultados que trazem os autores apontaram para uma tendência mais positiva dos participantes em relação ao envelhecimento (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011).

Sobre o preconceito implícito evidenciado no estudo de Zanon, Alves e Cardenas (2011), desperta pensamentos e comportamentos que passam despercebidos ou até mesmo são replicados de modo inconsciente, e para sua exclusão, pode-se refletir explicitamente de diferentes formas por meio da educação intergeracional. Tais ações também podem agregar inovações tecnológicas e a inclusão digital, apontado pelos autores enquanto potencial a desenvolver aprendizagem com os mais jovens e idosos, a exemplo o Programa Internet Livre aplicado pelo Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP).

Outro ponto apresentado no artigo de Zanon, Alves e Cardenas (2011) é a percepção de maior independência da pessoa idosa, contrastando com a opinião dos jovens. Também se apresenta baixa a porcentagem dos participantes considerarem a pessoa idosa saudável, convergindo na opinião de que o principal indicativo de que se chegou à velhice é o aparecimento de doenças e debilitações físicas. Entretanto, parte das respostas das pessoas idosas (34%) indica “que a velhice é um estado de espírito” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p.561).

Sobre a aplicação da Escala de Neri e a identificação de adjetivos positivos da cognição da pessoa idosa, o “sábio” teve destaque e corrobora com Neri (1991) sobre sabedoria como sentido de memória, e experiência de vida. A reflexão de que em uma sociedade tecnológica com rápidas mudanças e uso de equipamentos digitais, coloca as pessoas mais idosas em um patamar de necessidades de adaptação com novas experiências e ouvir delas as possibilidades de união intergeracional para associar os novos conhecimentos (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011).

A rejeição da pessoa idosa foi apontada pelos autores e destacam a necessidade de reflexão sobre o respeito social na velhice, e a capacidade produtiva. A valorização da pessoa idosa na fase da aposentadoria poderia ser destacada enquanto potencial das experiências e processos cognitivos desenvolvidos ao longo da vida entre as diferentes gerações, e os locais de educação formal, poderiam articular essas possibilidades. Também, os resultados obtidos pelos autores indicam que as pessoas idosas “mais valorizadas pelos jovens entrevistados são os que aparentam mais juventude, vigor físico e disposição” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p. 563).

Em relação aos resultados da análise documental de propostas pedagógicas, não foram encontradas atividades que possibilitem formação de valores e atitudes que objetivem a intergeracionalidade. Os autores obtiveram informações sobre ações isoladas nas escolas, desenvolvidas pelos professores e outros membros. E, por mais que tais ações sejam de importância, não atendem às demandas educacionais para a formação de jovens cidadãos acerca do tema do envelhecimento, devido à sua complexidade e relevância. Entretanto, mesmo com tal produto, os autores afirmam que, em resultados aos outros passos metodológicos, foram obtidas mais atitudes positivas do que negativas em jovens e pessoas idosas, evidenciando que “não existe relação entre as variáveis ‘idade’ e ‘atitude’, uma vez que a opinião manifestada pelos idosos e pelos jovens foi semelhante” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p.564).

Por fim, as conclusões se voltam para a necessidade de um trabalho de base desenvolvido nas escolas, de caráter preventivo e que esteja em junção com outras áreas do conhecimento, voltado para trabalhos intergeracionais para que preconceitos e estereótipos sejam combatidos, por meio de trocas de experiências. “Os princípios voltados ao diálogo, que propiciam a dignidade, não podem ter fronteiras, devem transpassar todos os conteúdos escolares. Esses são justamente os conteúdos transversais” (ZANON; ALVES;

CARDENAS, 2011, p. 564). Assim os autores afirmam que os conteúdos gerontológicos devem fazer parte do currículo escolar por meio de seu trabalho transversal, como já proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Os resultados de Zanon, Alves e Cardenas (2011) se assemelham à resultados nacionais e internacionais, o que indica desenvolvimento do tema envelhecimento e a relação intergeracional em diferentes contextos, reforça a importância da intergeracionalidade para a superação de estereótipos e preconceitos sobre a velhice. Também, destacam sobre a educação gerontológica em diversos espaços de educação, para além do espaço escolar, onde seja viável o trabalho da intergeracionalidade associado às indicações da OMS acerca do envelhecimento saudável, ativo e funcional em todas as idades.

O artigo de Albuquerque e Cachioni (2013) desenvolve os aspectos da gerontologia como tema transversal presente no currículo de ensino fundamental do Estado de São Paulo, oportunizando a educação para o envelhecimento dos estudantes. O objetivo do artigo é apresentar sugestões de temas que podem ser desenvolvidos com os estudantes, com propostas construídas por coordenadoras de cursos de graduação e pós-graduação em gerontologia no Estado de São Paulo, cuja análise foi baseada no conteúdo temático.

Outro objetivo do estudo foi “averiguar a implantação/execução do Parecer 298/08 - da Câmara de Educação Básica [...] nos currículos das instituições escolares de todos os níveis de ensino do sistema estadual de São Paulo, da rede pública e privada”. Este Parecer é referente à inclusão de conteúdos sobre o envelhecimento e respeito aos idosos nos currículos escolares do Estado de São Paulo. Além disso, foram realizadas entrevistas com coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação em gerontologia do Estado de São Paulo para coleta de sugestões de conteúdos gerontológicos junto aos currículos do ensino fundamental. Por fim, as autoras elaboraram diretrizes para o desenvolvimento de material-base com os conteúdos de gerontologia como tema transversal do ensino fundamental do Estado de São Paulo (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013).

A contextualização dos temas transversais em seu conceito propõe “uma escola mais articulada à realidade, estabelecendo diálogo com questões urgentes que interrogam a vida humana, que demandam transformações macrossociais e, também, atitudes pessoais”. Também, evidencia os temas transversais enquanto conteúdo social e o uso nas disciplinas curriculares como ferramenta para alcançar os objetivos (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 142).

Os temas são desenvolvidos integrando as disciplinas do currículo e são propostos baseados em critérios como “urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e favorecimento da compreensão e da participação social” (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 142). Desta forma, atendendo aos critérios educacionais e legislativos, bem como à Política Nacional do Idoso, Estatuto da Pessoa Idosa, entre outros, conteúdos sobre a gerontologia se tornou parte do sistema educacional junto aos temas transversais no Estado de São Paulo em 2008.

A justificativa para inserção deste tema é baseada à integralização da vida cidadã articulada com diferentes dimensões, tais como, cultura, saúde, meio ambiente, entre outros, assim como, da inclusão do conhecimento da pessoa idosa, do envelhecimento e da velhice. Em destaque ao Estado de São Paulo se lê que a “inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento não extrapolam aos demais estados brasileiros” (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 150).

A inclusão de conteúdos da gerontologia possibilita “compreensão da sociedade brasileira atual, visto que esta temática tem uma abrangência nacional e apresenta considerada urgência social, [...] além de ser uma grande possibilidade de autorreflexão [...]”, considerando o processo do envelhecimento contínuo e inerente a todo ser humano (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 142-143). Deste modo, desenvolver conteúdos que possibilitem a reflexão do processo do envelhecimento para o contexto do ensino fundamental é expandir as possibilidades das escolas em se aproximarem do contexto social em questão, e em especial em contexto de populações envelhecidas. Também, é possível envolver os estudantes a superarem estereótipos sobre a velhice e sobre seu próprio envelhecer, traçando medidas mais assertivas para um envelhecimento saudável, ativo e com qualidade.

Albuquerque e Cachioni (2013) discorrem com propriedade a ciência do envelhecimento e sua dimensão biopsicossocial, assim como, compreende que as ações de promoção, prevenção e cuidado devem acompanhar todos os ciclos de vida, e a educação gerontológica é um caminho promissor ao alcance desta perspectiva. A educação gerontológica se apresenta como uma importante possibilidade de quebrar estereótipos sobre a velhice e o processo de envelhecimento, “visto que promove troca de experiências, discussão de estudos e de pesquisas, que contribuem para a formação cidadã [...]” e “cria um

potencial campo de construção de um novo paradigma sobre velhice” (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 144).

A evidência de ações educativas de conteúdos de gerontologia é identificada em vários documentos, tais como: Política Nacional de Saúde do Idoso, Política Nacional do Idoso, Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU), Parâmetros Curriculares Nacionais, Estatuto da Pessoa Idosa, Lei de Diretrizes e Bases, Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso e a Constituição Federal (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, apud TODARO, 2008). Os conteúdos identificados nestas documentações salientam o tema do envelhecimento relevante socialmente e a aplicação de medidas para enfrentamento de preconceitos. Assim, é destacado que o enfrentamento de estereótipos sobre a velhice decorre de empoderamento e pode ser oportunizado aos estudantes por meio de reflexões sobre o próprio processo de envelhecimento, aplicando assim, a “educação gerontológica”.

Na produção de Albuquerque e Cachioni (2013) se encontra algumas iniciativas internacionais e nacionais relevantes ao tema de estudo. Elas citam, internacionalmente a experiências do *Stealth Gerontology* de Pruski e do *PositivelyAging* curriculum, que destacam ações intergeracionais articuladas no contexto educacional para a construção de respeito, cidadão consciente sobre o processo de envelhecer e diminuição de preconceitos. Nacionalmente, o estudo de Souza e colaboradores é citado pelas autoras, indicado um levantamento de conteúdo do envelhecimento em livros didáticos e do Programa Integrar. Essas experiências podem ser multiplicadas em outros municípios, considerando as características de cada um e denotam o principal caminho ações intergeracionais em espaços de formação formal e informal.

O desenvolvimento de ações nas salas de aula pelos temas transversais sobre a gerontologia, Albuquerque e Cachioni (2013) destacam em seus resultados que o trabalho é dinâmico e, é necessário estruturar uma base de ações, pautadas em conteúdos teóricos sobre o tema. Também, é afirmado que é necessária a autonomia das escolas para trabalharem os temas transversais e em seus projetos, para uma efetiva participação e ação das instituições de acordo com sua realidade, contexto e autonomia do professor e da escola. Sendo assim, é de grande importância que ocorra a instrumentalização da comunidade escolar com todos os envolvidos, para a efetividade e sucesso das ações.

Referente à instrumentalização da comunidade escolar, com a proposta para disseminação rápida, Albuquerque e Cachioni (2013, p.151) indicam um material para distribuição na rede de ensino do Estado de São Paulo, a fim de atingir “expectativas iniciais e atuaria a favor de um empoderamento gerontológico” e incentivar “a inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento nas salas de aula”.

Os temas propostos por Albuquerque e Cachioni (2013, p.151) são:

- 1) Motivos para aproximação com a gerontologia nas trajetórias de vida; 2) Envelhecimento, gerontologia e sociedade; 3) Considerações sobre o Parecer 298/08 da Câmara da Educação Básica do Estado de São Paulo; 4) Importância da disseminação de conteúdos gerontológicos na rede de ensino fundamental; 5) Sugestões de temas gerontológicos a serem inseridos na realidade escolar.

Além da proposição de temas, o estudo de Albuquerque e Cachioni (2013) destaca que o contexto escolar e todos os envolvidos devem passar por momentos de sensibilização sobre o tema. Desta maneira, foi indicado o desenvolvimento sobre a educação para o envelhecimento a fim de desenvolver o trato do estudante com seu próprio processo de envelhecimento e as atitudes junto às pessoas idosas (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 154). Também, proporcionará experiências intergeracionais e tende a influenciar nas atitudes mais positivas da velhice, também destacadas por Zanon, Alves e Cardenas (2011).

Albuquerque e Cachioni (2013) indicam um material-base, enquanto uma estratégia inicial, para aproximar os professores da área do conhecimento da gerontologia, fundamentado em conceitos primordiais sobre o tema e denotam possibilidade reflexiva e de sensibilização individual, e coletiva, oportunizando experiências com diverso e multidimensional para o processo do envelhecimento nas escolas do ensino fundamental.

São organizados em: **Fases da Vida** (discussão sobre os ciclos da vida como um processo contínuo, alinhando-se às disciplinas de Língua Portuguesa e Artes); **Como e por que envelhecemos?** (discorre sobre as características biopsicossociais do processo do envelhecimento, nas disciplinas de Ciências e Biologia); **O mundo está ficando velho!** (proporciona debates sociodemográficos acerca de pirâmides etárias em alinhamento com disciplinas como Matemática e Geografia); **Quem é o velho de hoje?** (desenvolve reflexões sobre a imagem da pessoa idosa em diferentes momentos históricos, em aspectos global e local, podendo ser trabalhado na disciplina de Língua Portuguesa); **O que podemos ensinar aos idosos?** (apresenta e desenvolve algumas atividades intergeracionais visando diálogos para além da escola, com oficinas e diversas questões acerca do contexto social); **O que os**

idosos podem nos ensinar? (proporciona diálogos intergeracionais com participação de pessoas idosas e sugere algumas atividades da disciplina de História acerca de eventos, entre outros); **O que farei para envelhecer com qualidade de vida?** (relacionada a projetos de vida dos estudantes, oportunizando indagações que levem à reflexão sobre como querem chegar à velhice e qual o caminho escolhido para tal, vislumbre de futuro, trabalhando envelhecimento ativo, qualidade de vida e diversas disciplinas).

Por fim, Albuquerque e Cachioni (2013) concluem que conteúdos gerontológicos como tema transversal possibilitam ganhos para a comunidade, reflexões acerca do processo do envelhecimento e articula ações intergeracionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a identificar e analisar os conteúdos científicos sobre o envelhecimento no ensino fundamental, por meio de revisão bibliográfica. Duas produções foram constatadas de alta relevância, relacionadas à construção de políticas educacionais e de garantia de direitos da pessoa idosa em níveis municipais e estaduais, bem como o desenvolvimento de conteúdos sobre o envelhecimento nas escolas de ensino fundamental. A produção científica no geral mostra-se escassa e a indicação do tema principal com a área da educação fica restrita para temas de educação para a terceira idade e de profissionais de saúde.

O Estado de São Paulo indica avanços relevantes introduzindo temas transversais de gerontologia no currículo das escolas do ensino fundamental, e neste sentido, impulsiona movimentações e articulações de construções de políticas públicas para outros estados no âmbito do envelhecimento. Nesta perspectiva, o Conselho Municipal do Idoso da cidade de São Carlos, interior do Estado de São Paulo, articula estratégias como espaço de garantia de direitos da pessoa idosa e dos processos de envelhecimento no contexto do ensino fundamental. Pretende-se avançar em aspectos da educação, desenvolvendo meios de atender às demandas populacionais de inserção de conteúdo do envelhecimento nos currículos de escolas do ensino fundamental do município, impulsionando as indicações do Estado e indicando possibilidades a nível local, principalmente para as escolas municipais que atendem a um currículo próprio.

Este artigo destaca a produção de Albuquerque e Cachioni (2013), que propõe ações que vão além de trazer temas isolados para discutir a temática da pessoa idosa no ensino

fundamental, mas também indica que os conteúdos gerontológicos devem olhar para o envelhecimento de forma a trazer mudanças em diferentes contextos da vida, envolvidos com os processos formais do ambiente escolar, com a sensibilização ao processo de envelhecimento dos próprios estudantes por meio de ações intergeracionais.

As duas produções de relevância, aqui apresentadas, corroboram entre si no destaque para a inserção de conteúdo sobre o envelhecimento nas escolas, implementar ações intergeracionais e proporcionar experiências e vivências que possam modificar positivamente atitudes frente ao envelhecer individual e do coletivo. Essas ações devem ultrapassar o limite espacial das escolas e deve favorecer ações na comunidade em geral. Neste sentido, os espaços articulados de participação social e construção do cidadão devem, e, podem contribuir nesta perspectiva inovadora junto a processos educacionais e de garantia de direitos a todos, e os conselhos de direitos se fazem presentes neste caminho.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marília Silva; CACHIONI, Meire. Pensando a Gerontologia no Ensino Fundamental. *Revista Kairós Gerontologia*; v. 16, n. 5, 141-163, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/19001>. Acesso em 10 mar. 2022.

ALKEMA, Gretchen. ALLEY, Dawn. Gerontology's future: an integrative model for disciplinary advancement. *The Gerontologist*. Oxford, v. 46, n. 5, p. 574-582, 2006. Disponível em: <https://academic.oup.com/gerontologist/article/46/5/574/629266?searchresult=1>. Acesso em 14 abr. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70, 2016.

BATISTA, Gisely Vieira. A importância da participação social nos conselhos de saúde. *Revista Ideação*, Foz do Iguaçu, v. 16, n. 1, p.28-44, 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/9473>. Acesso em 14 abr. 2021.

BICALHO, Lucineia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336#:~:text=\(2000\)%2C%20a%20multidisciplinaridade%20corresponde,v%20C3%A1rias%20delas%20ao%20mesmo%20tempo](https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336#:~:text=(2000)%2C%20a%20multidisciplinaridade%20corresponde,v%20C3%A1rias%20delas%20ao%20mesmo%20tempo). Acesso em 10 abr. 2021.

BRASIL. *Dispõe sobre a política nacional do idoso*. Brasília, DF. Out. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em 07 maio 2021.

BRASIL. *Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%

20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.,a%2060%20(sessenta)%20anos.. Acesso em 17 abr. 2021.

BRASIL. *Lei N°14.423*, de 22 de julho de 2022. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Brasília: DF, Secretaria Geral - Sub-chefia para Assuntos Jurídicos. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm. Acesso em 05 maio 2023.

BRASIL. *Brasil 2050: desafios de uma nação que envelhece*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/brasil-2050-desafios-de-uma-nacao-que-envelhece>. Acesso em 06 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 20 jan. 2022.

CABRAL, Umberlândia. População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. *Agência de Notícias IBGE*, 22 jun. 2022, Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em 13 jun. 2023.

CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal. A gerontologia e a interdisciplinaridade: aspectos relevantes para a enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. v. 10, n. 2, p. 229-233, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692002000200016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 07 maio 2021.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Envelhecimento da população Brasileira: Uma contribuição demográfica. In: FREITAS, Elizabete Viana de PY, Ligia. (org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017, p.203-235.

CAPES. Periódicos CAPES: acervo. 2020. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em 08 mai. 2023.

FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da pessoa idosa: Desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 160-173, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7486>. Acesso em 08 mai. 2023.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação de São Paulo*. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em 26 abr. 2021.

IBGE-EDUCA. *Conheça o Brasil – População: Pirâmide etária*. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em 26 abr. 2021.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Projeções populacionais por idade e sexo para o Brasil até 2100*. Disponível em: TD 2698 - 215223_Projeções_Populacionais_SUMEX.indd (ipea.gov.br). Acesso em 07 mar. 2023.

JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. O conhecimento escolar em foco: currículo e epistemologias em

debate. *Revista Contexto & Educação*. Editora Unijuí, ano 37, n. 116, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/10499>. Acesso em 28 abr. 2023.

MENDONÇA, Jurilza Maria B. de; RAUTH, Jussara. Normativas e Direitos das Pessoas Idosas. 2022. In.: FREITAS, Elizabete Viana de. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. p. 449-468.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro, p.507-519, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232016000300507&lng=en&tlng=en. Acesso em 12 abr. 2021.

NERI, Anita Liberalesso. *Envelhecer num país de jovens*: significado de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

OMS-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *UN Decade of Healthy Ageing: Plan of Action 2021–2030*. 2020. Disponível em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/decade-of-healthy-ageing/decade-proposal-final-apr2020-en.pdf?sfvrsn=b4b75ebc_28&download=true. Acesso em 07 mar. 2023.

OPAS-Organização Pan-Americana da Saúde. Envelhecimento Saudável. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>. Acesso em 18 abr. 2023.

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. A gerontologia como campo do conhecimento: conceito, interesses e projeto político. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 2, p.491-501, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000200026&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 mar. 2021.

PINHEIRO, Elma Ferreira Campos. *O Currículo escolar na construção do conhecimento*. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Especialização)-Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD9ZTK6N/1/tcc._ppp.aprovados_em_pdf.pdf. Acesso em 12 abr. 2021.

POZIOMYCK, Arthur; GUILHERME, Alexandre Anselmo. Educação para cidadania global: críticas e desafios. *Revista Contexto e Educação*. Editora Unijuí. v. 37, n. 118, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12576>. Acesso em 8 maio 2023.

SANTOS, Ingrid Cristina Lucio. et al. *O Envelhecimento humano no currículo da educação básica das escolas públicas do norte-fluminense*. X Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. Curitiba, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5190_3144.pdf. Acesso em 26 mar. 2021.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal de São Carlos. *Relatório Final da III Conferência Municipal do Idoso de São Carlos*. Diário Oficial, terça-feira 13 de nov. de 2018, p.3, 2018. Disponível em: http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/diario_oficial_2018/DO_13112018_ed1287.pdf. Acesso em 10 mar. 2021.

SPERANZA, Ana Cristina; WERLE, Berenice Maria; MOREIRA, Virgílio Garcia. Envelhecimento Saudável. 2022. In.: FREITAS, Elizabete Viana de. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. p.435-448.

UNDESA - United Nations Department of Economic and Social Affairs. World Social Report 2023. 2023. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2023/01/2023wsr-fullreport.pdf>. Acesso em 14 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gerontologia*. 2018. Disponível em: <https://www.gerontologia.ufscar.br/pt-br/media/arquivos/graduacao/projeto-pedagogico-gerontologia.pdf>. Acesso em 10 mar. 2021.

Autor, 2022.

VIEIRA, Tereza Rosa Lins. Educação para o envelhecimento: direito de todos. Congresso Nacional de Envelhecimento Humano. Brasil, *Editora Realize*, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cneh/2016/TRABALHO_EV054_MD2_SA11_ID_100_10082016220451.pdf. Acesso em 29 mar. 2021.

ZANON, Carla Bianca Ferreira Moncaio; ALVES, Vicente Paulo, CARDENAS, Carmen Jansen. Como vai a Educação Gerontológica nas Escolas Públicas do Distrito Federal? Um estudo com idosos e jovens. *Revista brasileira de geriatria e gerontologia*, v. 14, n. 3, 555-566, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/lil-643605>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Autora correspondente:

Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira

Universidade Federal de São Carlos

Rod. Washington Luís, s/n - Monjolinho, São Carlos/SP, Brasil. CEP 13565-905

E-mail: lydianeferreira123@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

